

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Divulgação/Abac



Resultado do setor de consórcios

Abac: vendas de consórcio superam 2 milhões de cotas

O Sistema de Consórcios quebrou o recorde de vendas dos últimos 20 anos ao atingir 2,07 milhões de cotas, 19,7% acima das 1,73 milhão registradas no mesmo período de 2024.

O principal destaque foi o acumulado de adesões de maio com 464,82 mil cotas comercializadas, o maior dos últimos dez anos.

Houve ainda as me-

Alta de 16,6%

O tíquete médio de maio de 2024 teve uma alta de 16,6%, passando de R\$ 83,74 para R\$ 97,60 no mesmo mês deste ano. Com isso a soma dos negócios, que fecharam em R\$ 186,55 bi, ficou 32,6% maior que os R\$ 140,71 bilhões em igual período de 2024.

lhores performances setoriais do ano em veículos leves, motocicletas, veículos pesados, imóveis, serviços, e eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis, de acordo com levantamento feito pela assessoria econômica da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

A soma dos negócios chegou a R\$ 186,55 bilhões de janeiro a maio.

Participantes

Na sequência mensal, iniciada há mais de três anos, em janeiro de 2022, a soma de participantes apontava 8,21 milhões. Passados 41 meses, o volume de maio ultrapassou todas as marcas anteriores e bateu novamente um recorde ao completar 11,73 milhões.

Joédson Alves/Agência Brasil



Caberá ao Congresso Nacional decidir sobre o BPC

Projetos retiram Bolsa Família do cálculo do BPC

Deputados protocolaram projetos de decreto legislativo para derrubar a inclusão da receita oriunda do Bolsa Família no cálculo que avalia a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Pago a idosos e pessoas com deficiência, o BPC é uma das despesas que cresce e preocupa a equipe econômica do gover-

no. A mudança no cálculo, que limitaria o pagamento do benefício, tinha sido determinada pelo presidente Lula.

O BPC é um salário-mínimo pago a idosos e pessoas com deficiência, desde que comprovem baixa renda. A renda familiar per capita não pode ultrapassar 1/3 do piso nacional, hoje em R\$ 1.518.

Veja os nomes

Seis congressistas apresentaram projetos: Filipe Barros (PL-PR), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Duarte Jr. (PSB-MA), Helio Lopes (PL-RJ), Daniela Reinehr (PL-SC) e Fernanda Melchionna (PsoL-RS), que só visa a derrubada do Bolsa Família no cálculo da renda mínima.

Perícia judicial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade proposta do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do órgão, para unificar as regras da perícia médica feita na Justiça e no INSS nos processos que envolvam o BPC para pessoas com deficiência.

Justificativa

A equipe econômica do governo justificou a mudança pela necessidade de controlar o crescimento das despesas do BPC. Os projetos de decreto legislativo serão analisados pelo Congresso. Se aprovados, os critérios anteriores para concessão do benefício serão mantidos.

Avaliação social

A perícia judicial terá de ser uma avaliação biopsicossocial, a exemplo da realizada pela Previdência Social, que leva em consideração não só a deficiência e a renda, mas questões sociais que limitariam ou não o dia a dia da pessoa com deficiência.

Plano Safra: agricultura familiar fica com R\$ 89 bi

Agro terá R\$ 516,2 bi, sendo R\$ 447 bi para grandes produtores

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Martha Imenes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, nesta terça-feira (1º), o Plano Safra 2025/2026, com R\$ 89 bilhões para a agricultura familiar, que responde por 70% dos alimentos na mesa do brasileiro, e R\$ 516,2 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país.

Do total destinado para a safra da agricultura familiar, R\$ 78,2 bilhões são para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O governo manteve a taxa de juros de 3% para financiar a produção de alimentos, como arroz, feijão, mandioca, frutas, verduras, ovos e leite. E 2% no caso de cultivo orgânico ou agroecológico.

Dos R\$ 516,2 bilhões para o agronegócio, R\$ 447 bilhões vão para grandes produtores rurais e cooperativas; e R\$ 69,1 bilhões para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

As taxas de juros para cus-



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa do lançamento do Plano Safra 2025/2026

teio e comercialização serão de 10% ao ano para os produtores do Pronamp e de 14% ao ano para os demais produtores, segundo informações da Agência Brasil. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 8,5% ao ano e 13,5% ao ano. Durante evento no Palácio do Planalto, Lula afirmou que a produtividade agrícola do Bra-

sil está diretamente ligada à capacidade de proteção ao meio ambiente. Para ele, essa preocupação deve permear todo o setor e a sociedade, colocando o país como líder na produção de alimentos.

“O grande sucesso não é só o aumento da capacidade produtiva ou o aumento da quantidade de mercados que nós

conseguimos. O grande sucesso é um aprendizado de todos nós. É o aprendizado de que fazer a preservação adequada e necessária ao país, de preservar os nossos rios e os nossos mananciais, de recuperar a terra degradada, a gente vai percebendo, com o tempo, que está produzindo mais em menos hectares”, disse o presidente.

Queda no preço de alimentos

No programa de rádio Bom dia, Ministro, o chefe da pasta do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, afirmou que os preços dos alimentos vão cair com o Plano Safra da Agricultura Familiar, que prevê R\$ 89 bilhões para crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outras políticas.

“Pelo terceiro ano consecutivo, o presidente Lula lança três planos Safra recorde no Brasil, tanto da agricultura familiar quanto da agricultura empresarial. Este ano, estamos batendo novo recorde, com R\$ 89 bilhões. Isso ajuda? Ajuda. Porque, em três anos consecutivos, temos safras recordes no Brasil – 1,2 bilhão de toneladas de alimentos produzidos”, disse.

Teixeira lembrou que os investimentos já se refletem na queda do preço do arroz, que baixou 33%; do feijão, que caiu 10%; da batata inglesa, que teve queda de 46%; da banana, 16%; e do tomate, 29,77%.

Números

A agricultura familiar no Brasil representa cerca de 23% da ocupação da área ru-

ral, e responde por 67% das ocupações no campo. Com 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, a agricultura familiar é a principal produtora de alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca, leite e hortaliças. Ou seja, mesmo com menos terra, a agricultura familiar tem um papel preponderante na segurança alimentar e na economia rural.

Movimento quer fim de supersalários

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Na esteira da discussão sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – barrado na Câmara e judicializado pelo governo por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) –, uma coalizão de dez organizações suprapartidárias elaborou um manifesto em que sugere medidas para combater os supersalários no serviço público (confira abaixo).

O Movimento Pessoas à Frente defende ainda que o tema seja prioridade na reforma administrativa em discussão no Congresso Nacional. A proposta está sendo debatida por um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Para se ter uma ideia, os gastos do Judiciário com salários acima do limite constitucional aumentaram 49,3% entre 2023 e 2024. O valor extrateto saltou de R\$ 7 bilhões para R\$ 10,5 bilhões em apenas um ano, muito acima da inflação oficial do período, que atingiu 4,83%, de acordo com a Agência Brasil.

Penduricalhos

Com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo expôs o avanço dos chamados penduricalhos – verbas indenizatórias e adicionais que permitem aos magistrados receber além do teto legal do funcionalismo público.

Segundo o levantamento, os auxílios e benefícios correspondem a mais de 43% do rendimento líquido dos ma-

gistrados, devendo ultrapassar 50% em breve. Na prática, grande parte da remuneração ultrapassa o teto constitucional (hoje em R\$ 46.366,19) de forma indireta e muitas vezes não tributada.

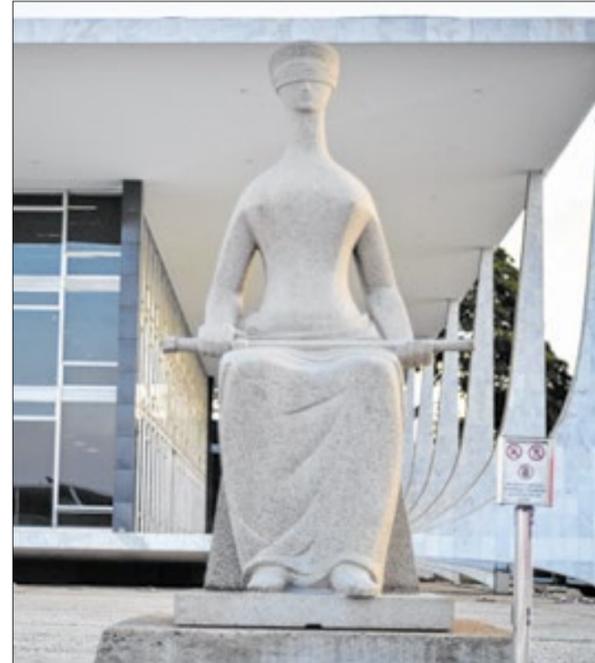
De 2023 para 2024, o rendimento líquido médio de juízes subiu de R\$ 45.050,50 para R\$ 54.941,80, aumento de 21,95%. O crescimento continuou neste ano, e o valor chegou a R\$ 66.431,76 em fevereiro de 2025.

A pesquisa destaca que esses aumentos são impulsionados por verbas classificadas indevidamente como indenizatórias, que escapam do teto e da tributação de Imposto de Renda. As distorções criam um cenário de disparidade dentro do funcionalismo público, considerando que apenas 0,06% dos servidores se beneficia dessas brechas.

Benefícios

O movimento também propõe o fim de benefícios concentrados no sistema de Justiça, como férias de 60 dias (frequentemente convertidas em dinheiro), licenças por tempo de serviço, aposentadoria compulsória como punição (que mantém os vencimentos) e gratificações por acumulação de funções.

Os valores constam pesquisa realizada pelo coletivo em parceria com o pesquisador Bruno Carazza, professor, economista e jurista com pós-doutorado em Harvard, com foco em políticas públicas e governança.



Salários da Justiça viram alvo da reforma administrativa

Confira as nove medidas sugeridas

- Classificação adequada das verbas entre remuneratórias e indenizatórias;
- Limitação das verbas indenizatórias a critérios como natureza reparatória, caráter transitório e criação por lei;
- Aplicação correta do Imposto de Renda sobre verbas remuneratórias;
- Reforço da transparência e da governança na remuneração pública;
- Exigência de lei para cria-

- ção de qualquer adicional salarial;
- Eliminação de classificações indevidas e transformação de verbas em remuneratórias;
- Fim da vinculação automática entre subsídios;
- Enquadramento como improbidade administrativa de pagamentos acima do teto sem respaldo legal;
- Criação de barreiras ao pagamento de retroativos, com limite temporal.